

Acta da única reunião da sessão extraordinária do Conselho Municipal de Évora, realizada no dia seis de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e dois

No dia seis de Dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Conselho de Évora a reunião extraordinária do Conselho Municipal, expressamente convocada nos termos do parágrafo primeiro do artigo vinte e oito do Código Administrativo, para a discussão do plano de actividade e das bases do orçamento ordinário para o ano de mil novecentos e cinquenta e três.

Compareceram os Excepcionais Senhores Doutor João Luis
Viira da Silva, Presidente do Conselho Municipal, e os Vogais Jo-
si Fragoso de Paula Soares, Paul Pita Domingues, Valente Vi-
ente, Rogério António Serodio, Reguebeiro Albano Sales de Matos
Fernandes, Doutor António Fins dos Santos Mata, Reguebeiro Je-
lio Rodolfo Fernandes Potes, Manuel Joaquim Prado, Reguebei-
ro Sebastião José Perdigão e Paul António Albergaria de Lixas.

Às onze horas, verificada a presença da maioria dos Vo-
gais, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariado
pelo vogal secretário Senhor Rogério António Serodio e, nos termos do pará-
grafo único do artigo vinte três do citado Código, pelo vogal mais novo Senhor
Reguebeiro Albano Sales de Matos Fernandes, este último em
substituição do Vogal Senhor Joaquim Alves Alfacinha cuja fal-
ta foi logo justificada, bem como a dos Vogais Senhores António
Joaquim Serpa e António Borges Barros.

Em seguida o Senhor Presidente apresentou ao Conselho
os seus mais primeiros e lhe o plano de actividade e bases do
orçamento ordinário para o próximo ano, que se transcrevem:
"Ano de mil novecentos e noventa e três - Plano de Activida-
de e Bases do Orçamento - O numero quatro do artigo vinte e
três do Código Administrativo diz que compete ao Conselho Muni-
cipal dar parecer sobre o Plano Geral de Actividade da Câmara.
Ao cumprir esta disposição seria meu desejo oferecer à aprecia-
ção de Vossas Excellências um vasto plano de obras, tantas são
as necessidades que nos chegam, mas, obrigados a enquadrar-
nos dentro de um modesto orçamento, o plano é reduzido focan-
do-nos a que nos contentemos em realizar por partes e no decor-
rer de alguns anos, aquilo que poderia ser feito em curto periodo.
Terminarei no fim do corrente mês os trabalhos de urbaniza-
ção dos terrenos municipais da Zona numero um. Fez-se
estes trabalhos em periodo de actividade laboral, periodo du-
rante o qual a sede do Conselho recebeu benefícios de ordem
vária, com reflexo na melhoria das suas condições de vida e
do seu aspecto estético. Julgo muito razoável, embora conti-
nuemos a realizar obras na cidade, que continuemos tam-

bém a realiza-las nas freguesias rurais. Recordo a propósito que nenhuma dessas freguesias está electrificada, não produzem na sua maioria abastecimento de água potável e algumas há, como a de Nossa Senhora de Fátima de Boalheiros, que não dispõe sequer de uma estrada que a ligue à sede do concelho. Sob este aspecto de comunicações, esta pequena e simpática povoação encontra-se em situação indesejável. Não dispõem também de ligação telefónica, fica praticamente isolada nos períodos de invernada rigorosa, facto inadmissível, se encararmos as mil e uma circunstâncias de difícil ligação urgente com a cidade que pode deparar-se aos que ali vivem. Não é querer muito pretendermos dotar todas as freguesias rurais do concelho com água, luz e comunicações quer por estrada, quer telefónicas, procedendo igualmente dispensar alguns cuidados à manutenção de parte dos seus próprios arcaísmos. Não deixaremos por isso de realizar obra que interessa à cidade, sem deixarmos de beneficiar a ela própria, como Vossas Excellências não ter ocasião de criticar pelo plano de obras que passo a descrever: Começamos pelas freguesias da cidade e iniciamos a lista com a de Santo António: - Sogamento a granito do restante das arcadas; trata-se de uma obra que muito melhora o aspecto e os parâmetros da principal rua da cidade, obra já iniciada e que deve ser terminada. Freguesia de São Mamede: - Paricimentação da Rua do Muro e arruajo do Largo Doutor Evaristo Cutileiro. A primeira destas obras é de necessidade urgente já há anos e esta rua deve ser a que actualmente nos mostra o pior paricimento da cidade. Quanto ao arruajo do Largo Doutor Evaristo Cutileiro, devo prestar a Vossas Excellências o seguinte esclarecimento: parece estranho que exista contíguo ao Largo Doutor Evaristo Cutileiro, o Largo dos Colegiaes, sem muito pior estado de arruajo que o primeiro e se pense no arruajo daquele em prejuizo do deste! Taccio ser porque: estes dois largos ligam-se através de um arco que faz parte integrante das antigas muralhas da cidade (Monumento Nacional). Por aqueles lados vai dia a dia aumentando o tráfego

sito e, aos risibos pesados em unumo aos ligeiros de discussões
mais avantajadas, é difícil, se não a alguns impossível, ultrapassar
parum aquell arco. Que troca de impressões verbais com o Excmo.
Sr. Senador Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacio-
nais, realigada há poucos dias, encuei que virá a ser possível
incluir esse arco num passeio, depois de isolado da muralha por
um dos seus lados, passeio previsto e a construir quando se urba-
nizar o largo dos Colegiaes mas, para tanto há que construir
em estado de esse passeio o respectivo pavimento de rolague da ria
que ligará os dois largos. Para que se dispouha do espaço neces-
sário a essa construção tem a Câmara de adquirir parte de
uma circa que é propriedade da Diguissima Casa Ladastral, pro-
priedade que confina actualmente com o referido arco. Procurou esta
Câmara estabelecer negociações com aquella illustre casa nesse sen-
tido, negociações que estão em curso e embora nos pareçam bem
succumbidas, consideramo-las morosas porque os proprietários
com quem temos de tratar não residem no País. O certo é que pa-
ra amarejo do largo dos Colegiaes temos de embecer primeiro o
nosso alinhamento e diuções da ria que liga este largo ao do
Doutor Braristo Butileiro e isso está dependente das negociações
a que acabo de aludir. Não devemos no entanto perder tempo
por esse motivo e como a urbanização dos dois largos citados
tem de ser concordante, emueanos pelo do Doutor Braristo Buti-
leiro, trabalho que terá lógica sequencia no ano de mil novecen-
tos e cinquenta e quatro, data em que certamente estarão resolu-
tidas as dificuldades de agua e em que utará utão indica-
do o arranjo total e definitivo do largo dos Colegiaes. Fugunia
da sé: - Construção de doze casas de habitação para a classe
pobre (Zona de Urbanização numero um) e construção de
colectores para substituição das salas de esgoto situadas junto
da Central eléctrica, na Zona de Urbanização numero um
e no Bairro da Senhora da Glória. O problema da habitação
em Braga, foi em parte solucionado no que respecta à classe
média, com a construção pela Federação de Opixas de Provi-
dencia dos blocos de moradias localizadas na Arameda São

João de Deus. Já o mesmo não podemos dizer para a classe pobre que
 luta com as maiores dificuldades, apesar das construções já feitas nos
 seus transectos. Para satisfazer as necessidades do momento, não exa-
 gero se disser que só com um bairro se devessem construir umas largas
 centenas de habitações deste género, poderíamos dar por eliminadas as
 as deficiências que se sentem. Não dispomos de verbas para tão gra-
 de número de construções e temos por isso que reduzir a doze as mo-
 radas a construir no próximo ano. Gouardo a construção dos colec-
 tores considero-a indispensável para substituição das salas indica-
 das, actualmente as que se encontram em piores condições e dentro
 da cidade. A construção de um colector que afaste da Zona de Urbani-
 zação um curso de águas sujas, é urgente, pelo facto de existir em
 pleno bairro uma obra aberta e acida porque é desde já possível
 a construção de um colector que ligue a rede daquele bairro ao co-
 lector existente, de futuro aproveitável para o esgoto de
 águas pluviais, em virtude do seu traçado esboçado em o previs-
 to no Plano Geral de Saneamento da cidade. A extensão do co-
 lector a construir é da ordem dos quatrocentos metros. Na constru-
 ção do colector para esgoto das águas que correm actualmente jun-
 to do Liceu e da Central eléctrica, seguir-se-á idêntico processo,
 dando já a este o traçado indicado no Plano Geral para o colector
 de águas pluviais daquela Zona e prunedo a secção necessária.
 O colector para esgoto das águas sujas do Bairro da Senhora da
 Glória e da estrada de Murtel, pode também ser construído
 em condições de futuro aproveitamento. Em conveniência rea-
 lamental e ali mesmo de sequência das obras a realizar tanto por
 particulares como pelo Município, deixemos os benefícios a conce-
 der à freguesia de São Pedro para o ano de mil novecentos e cin-
 quenta e quatro. Passamos agora a descrever as obras a efectuar
 nas freguesias rurais podendo desde já informar Vossas Excelen-
 cias que se procede neste momento, por intermédio dos Serviços Mu-
 nicipalizados, ao estudo dos planos de electrificação, incluindo
 os respectivos estudos económicos, de todas as freguesias ru-
 rais do concelho, planos e estudos que devem estar termina-
 dos no mês de Abril do ano próximo. Neste capítulo estão em

meido, embora não me encontre ainda na posse de elementos con-
cretos, que as duas primeiras freguesias a electrificar em breve serão
Agarrija e Nossa Senhora da Furega. Agarrija eu me l'ho São Bento
do Mato, porque as suas possibilidades económicas não oferecem difi-
culdades e Nossa Senhora da Furega porque possui desde já um cabo
de energia eléctrica a pouco mais de quinhentos metros de distância.
Mas não nos limitemos ao problema do fornecimento de energia
eléctrica às freguesias rurais, problema ainda de certo modo em
embrião, e vamos indicar outras obras seguramente realizáveis
no próximo ano em algumas dessas freguesias, obras que consti-
tuem por si o início do cumprimento duma pequena parte do pro-
gramma que pretendemos seguir no que respeita a melhoramentos
rurais. Esses melhoramentos são feitos unicamente em algumas
das freguesias por não nos ser possível satisfazer todas ao mesmo
tempo, uma tão pouco é possível cumprir o total das justas pre-
tensões de cada uma num só ano de actividade. Afigura-se-me
que a preocupação da Câmara deve ser a de dotar estas freguesias
rurais prioritárias com os elementos que melhor podem satisfazer as
exigências da sua vida (luz, água, saneamento e comunica-
ções) e ulteriormente dotá-las com aqueles pequenos melhora-
mentos de interesse meramente local. Deuto destes princípios
vamos abastecer de água no próximo ano seguindo uma for-
ma capaz e definitiva as freguesias da Boa Fé e Nossa Senhora
da Furega. Iniciaremos a estrada da Torre de Coelheiros pa-
ra a cidade e procederemos à pavimentação de algumas ruas
de Nossa Senhora de Inachede. Este pequeno número de obras e
a resolução de procurar fornecer energia eléctrica a todas estas po-
suações do concelho, constituem uma pequena parcela duma progra-
ma de melhoramentos rurais que oportunamente apresentarei
à Vossa Excelência, depois de uma própria visita a estas locali-
dades, para analisar dos problemas que a cada uma delas pre-
sente interesse em primeira mão. Por este ano é tudo quan-
to permite o nosso orçamento e o pouco tempo de que comecei
dispor, desde a data recente da minha partida aqui. Como
o assunto da nossa reunião de hoje inclui ainda a aprecia-

õas das bases do orçamento ordinário para mil novecentos e cin-
 quenta e três, eu não quis expô-las a Vossas Excellências sem
 primeiramente lhes dar uma ideia do que se pretende realizar
 no próximo ano. Puntados os esclarecimentos que entendi dever
 prestar, apreciemos as bases do orçamento ordinário para mil
 novecentos e cinquenta e três. O artigo setecentos e cinquenta e se-
 te do código Administrativo diz que o orçamento ordinário do mu-
 nicipio será elaborado de harmonia com as bases votadas pelo bee-
 selho Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara. O parágrafo
 único deste mesmo artigo diz o que conterão as bases do orçamen-
 to na ordem seguinte: a) - Cômputo aproximado das despesas a
 realizar: não poderíamos pensar em despesas sem o cômputo
 tão exacto quanto possível das receitas com que contamos e
 para as calcular seguiram-se as normas do artigo seiscentos e
 setenta e nove do Código Administrativo, levando-se em conta o
 conteúdo da circular T-quatro-dez de 3 de outubro de mil nove-
 centos e quarenta e dois, da Direcção Geral de Administração Politi-
 ca e Civil. Para o cálculo das despesas, alinea que nos ocupa, cum-
 pre-se o estabelecido nos artigos seiscentos e setenta e sete e seis-
 centos e setenta e oito do código Administrativo e tendo em con-
 sideração as necessidades reais imperiosas de cada um dos pe-
 lours, necessidades que, como Vossas Excellências podem obser-
 var no mapa junto, elevaram este ano o total das verbas rela-
 tivas a este anno tranacto em alguns desses pelours; b) - O
 critério de distribuição das dotações destinadas a obras e melho-
 ramentos das freguesias; na distribuição do Plano de lectividade
 há pouca lida significatiua Vossas Excellências a preocupação de
 que as obras a realizar nas freguesias obedecam não só a uma
 sequencia lógica como ainda à satisfação das necessidades
 mais evidentes; c) - A discriminação das obras de interesse
 público a realizar pela Câmara e sua dotação aproximada: -
 Cagamento das arcadas - com mil escudos; Parimentação
 da Rua do Muro - setenta mil escudos; Arraio do Largo Doutor
 Brazão Cutileiro - cento e quarenta mil escudos; Construcção de
 doze casas para pobres - quatrocentos mil escudos; Construcção de

colectores de esgotos - duzentos e setenta mil escudos; Abastecimento de água à Boa Fé - cem mil escudos; Pavingueação de ruas em Nossa Senhora de Machede - quarenta mil escudos; Abastecimento de águas a Nossa Senhora da Furega - oitenta mil escudos; Construção da estrada de Torre de Boalheiros - duzentos mil escudos; Aquisição de imóveis - cem mil escudos; d) - Horos lugares a criar: - não existe a necessidade da criação de novos lugares. O pessoal existente é suficiente, havendo antes a necessidade de remodelar os quadros ajustando-os perfeitamente às exigências de cada serviço, mas sempre convencidos de que o pessoal hoje ao serviço é em número bastante para preencher esses quadros. Por outro lado a situação económica da Câmara não aconselha a realização de novos contratos com funcionários a admitir. e) - A indicação das economias a realizar na administração municipal; não será possível a realização de mais economias do que aquelas que se vão conseguindo, administrando com toda a cautela os rendimentos municipais; f) - Aprovação das deliberações sobre criação de novas receitas e indicação de quais sejam: não há infelizmente deliberações deste género a aprovar. Posso no entanto informar Vossas Excelências que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados estuda com o maior interesse a possibilidade de algumas receitas com o fornecimento de energia eléctrica procurando para isso dar melhor incremento e expansão a esse consumo, ao mesmo tempo que junto da União Eléctrica Portuguesa, procurará uma redução do preço do custo, de harmonia com o que vem expresso no contrato assinado com aquela Companhia. O facto de dispormos presentemente de água suficiente ao abastecimento da cidade, permite-nos também uma receita que, a adicionar aquela provinda da energia eléctrica, constituirá um total de que em data oportuna darei conhecimento a Vossas Excelências; g) - Aprovação das deliberações camarárias sobre empréstimos cuja realização se prometa ou sobre a parte de empréstimos a levantar no próximo ano, sobre o orçamento do município setecentos e sessenta e quatro mil seiscentos e sessenta e quatro escudos de valor.

go anual de empréstimos, soba por si tão pesada que não permite pensar em novos empréstimos, nem de momento se reconhece a necessidade de os obter.

Mapa (a que se refere a alínea a)
 Câmara Municipal de Évora
 Orçamento Geral da Administração Municipal
 para o ano de 1953
 Resumo

Recitas Ordinárias	Despesa Ordinária
Cap: I - Impostos directos... 3.225.768,50	Cap: I - Encargo de empréstimos... 764.664,00
Cap: II - Taxas - Rendimentos de diversos serviços... 1.181.242,30	Cap: II - Pensões de aposentação a pagar a funcionários fora do serviço e outras pensões... 81.657,60
Cap: III - Rendimentos de bens próprios dos serviços municipais e municipaisizados... 144.163,20	Cap: III - Presidência... 66.450,00
Cap: IV - Remolhos e provisões... 465.935,00	Cap: IV - Leontaria... 1.110.938,00
	Cap: V - Tesouraria... 54.300,00
	Cap: VI - Serviços de Saúde... 123.896,00
	Cap: VII - Sauidade psíquica... 20.620,00
	Cap: VIII - Serviços de higiene e limpeza... 635.550,00
	Cap: IX - Cemitério... 133.581,00
	Cap: X - Matadouro... 345.501,00
	Cap: XI - Serviços de fiscalização de impostos municipais, depósitos e de outros regulamentos... 113.247,00
	Cap: XII - Mercados e feiras... 163.794,00
	Cap: XIII - Obras... 406.322,00
	Cap: XIV - Jardins e arborização... 285.500,00
	Cap: XV - Cadeia... 22.800,00
	Cap: XVI - Serviços de afuição... 14.960,00
	Cap: XVII - Instrução... 138.325,40
Soma... 5.017.109,00	Soma... 4.482.166,00
(Continua)	(Continua)

Cap. V - Benesseção de receitas... 716.670,00	Cap. XVIII - Pagamento a diversas entidades por emissão de receitas... 716.670,00
Linha a receita ordinária... 5.733.779,00	
Recita Extraordinária:	
Cap. VI - Recita Extraordinária... 975.057,00	Linha a despesa ordinária... 5.198.836,00
Total da recita... 6.708.836,00	Despesa Extraordinária:
	Cap. XIX - Despesa Extraordinária 1.510.000,00
	Total da despesa... 6.708.836,00

O Senhor Lequebeiro Pindigão pediu a palavra para agradecer os cumprimentos do Senhor Presidente, a quem ofereceu toda a sua colaboração e leu o seguinte: "Associe-me do coração às boas palavras prestadas pela Câmara Municipal de Bona ao grande defensor das belezas de Bona: ^{Dr. Carlos Belchior Barreto} Heberto absolutamente justo que se lhe erija um busto no jardim público e desde já ofereço o grato memorário para o pedestal. Retomando uma antiga ideia própria, reputava ^{também que} no jardim público fossem colocados bustos dos grandes poetas e pintores da nossa provincia: Fialho de Almeida, Coude de Mouroaz, José Duro, etc.

Depois das boas palavras aos grandes cultos das letras regionais, não fica mal focal assuntos de menor importância, como os que se expõem.

A quem se levantar cedo e circular pela Rua das Alcaçarias (depara-se) uma verdadeira consequência da escassez dos lugares nos lavadouros públicos, uma bicha de mulheres que vão de madrugada aguardar a abertura do estabelecimento municipal para poderem lavar a roupa; a entrada da entrada de circulação pode ser-se idêntica bicha. Chamo a atenção do Senhor Presidente da Câmara para tão triste quanto violenta modalidade e sugiro que se institua qualquer sistema que substitua esse santágico o existente.

Junto às muralhas da cidade depositam-se lixo e entulhos, abandonam-se acúmulo de entulhos, torquiam-se beirões, acampa-se com frequência e o lixo vai-se acumulando além de tudo aquilo, por uma sentença mais ou menos geral, não seria possível, de acordo com o Ministério do Bón.

cito ou com os monumentos ou com a utilidade que tenha que ser
 cuidada, plantar eucaliptos, cedros, acácias ou até oliveiras ou ou-
 tras árvores que, com o tempo formariam um parque e esculdoriane
 o que presentemente está à vista?

Tenho repetido nas diversas sessões deste Conselho, talvez em
 todas, e volto hoje a fazê-lo, porque até agora satisfação não foi da-
 da a uma aspiração da população. Que seja reparada ou substituí-
 da por outra que possa satisfazer a balança que a Câmara Muni-
 cipal de Évora instalou no campo dos mercados junto à estrada
 para Montemor-o-Novo. Que seja regularizado o terreno dos mer-
 cados instalando bebedouros para os animais. Que se faça um
 estudo daquele ou doutro local com redações e todas as comodida-
 des devidas para a realização de mercados e exposições. Que do la-
 do do cemitério, onde habitualmente ocorrem os solípedes se terra-
 planeie ou se de uma vitreira junto à Igreja de São Sebastião.

Que enquanto não for possível pavimentar a Rua
 Diana de Leis ou outras semelhantes, se considere
 que se deposite entulho nos buracos de preferência a fazê-lo jun-
 to às muralhas.

Visto ser obrigatória a inspecção dos talhos nas freguesias
 rurais por médico veterinário, que se inspecionem também os eki-
 queiros nas imediações da cidade e sejam tomadas medidas pa-
 nitárias convenientes.

É frequente ver-se um calceteiro andar na faina de recal-
 cetar junto às paredes. Este trabalho é provocado pelos garotos
 que têm uma especial predilecção pela actividade de brincar
 nas pedras. Não se poderia evitar isto tomando as juntas dessas
 calcçadas, apenas junto às paredes, com cimento?

Aquella actividade de arrancar pedras tem apenas uma
 desculpa, o facto de a maioria, se não a totalidade das crean-
 ças da cidade, não dispor de um parque infantil onde possa
 brincar e passar a maior parte do dia sob vigilância conspe-
 tante. Parece-me ser este um problema de primordial impor-
 tância e que gostaria de ser incluído no plano de activida-
 de da Câmara Municipal de Évora.

Volto a insistir num assunto já aqui tratado por mim: os
meios logistas da arcada, especialmente na "Rua Lucha", que de
"Lucha" só tem o nome, expõem sobre bancos e caixotes toda a espécie
de mercadoria, chegam a amontoar peças de flanela e de riscado so-
bre os tais bancos. O antigo Presidente Eugénio Henriques Soares
objectara-me que os estrangeiros achavam muito bela e típica a
exposição de produtos. Poderá ser que os turistas muito apreciem
aquele amontoado de sedas, gabóis e peças de riscado, mas nos res-
pectivos países os comerciantes não invadem a via pública. Nunca
meu tão apertada em que os transeuntes se não quizerem ser atro-
pelados tem de passar pela arcada não se justifica que se tenha o
amontoado de objectos da via pública não falando no escadote que
há para do arruinar e desarruinar da feira — uore, doze, catorze
e dezasseis horas — impedem o trânsito! Não será possível restri-
gir as exposições, para lhes deixar um nome que não merecem, a
colocação de manetas, capotes e pauos nas paredes junto à loja?
Aqui fica um alvitre que estou certo não desagradaria a quem é
obrigado a passar pela arcada.

Não será possível a terça-feira não conseguir que os meios
aprendizes de autómobil andem pela cidade a dificultar o trânsito?

O Senhor Presidente deu as explicações necessárias sobre a expo-
sição do rogal, Senhor Eugénio Perdigão, e sobre interrogações fi-
tas sobre o plano de actividade pelo Senhor Eugénio Júlio Potes.

O Senhor Paul Pita Domingues pediu a palavra e fez o
seguinte: "É a primeira sessão deste Conselho a que tenho a hon-
ra de assistir com a presença de Vossa Excellência a presidir aos
seus trabalhos. Muito embora Vossa Excellência, pelo cargo que já
anteriormente existia, digo, exercia, estivesse em contacto com es-
te Conselho, não desejo deixar de aproveitar esta oportuni-
dade para apresentar a Vossa Excellência as minhas saudá-
veis, e felicitá-lo pela nomeação para o cargo de Presidente
da Câmara da nossa cidade. Reconhecendo os Poderes Públi-
cos em Vossa Excellência aquelas qualidades de carácter, de
competência e de inteligência, tão necessárias ao desempenho
da missão que agora lhe foi confiada. Da vontade firme de

bem servir, dos vastos conhecimentos que já possui da Administração municipal, muito há a esperar de Vossa Excelência. A Vossa Excelência relembra os apêlos que fiz ao nosso antecessor, Excelentíssimo Senhor Regemberto Henrique Soares, no sentido de rotar todo o cuidado à nossa saliciedade, aos seus problemas, alguns bem angustiosos, entre eles, os das reconstruções do Mercado e do Hotel. O primeiro em substituição do actual que em nada dignifica a cidade. O segundo pela necessidade de Brora possuir um Hotel que acolha condignamente todos aqueles que atraídos pelas belezas architectónicas distintas, pela propaganda turística que tão intensamente hoje se faz acerca da nossa cidade, nos visitam. Não desconheço as dificuldades que tais empreendimentos acarretam muito em especial as financeiras, mas se se contar com o esforço, com a boa vontade e com o cuidado que tais assuntos merecem, aquelas serão certamente supridas, digo, suprimidas em tais proporções que a realidade dessas aspirações serão bem evidentes. Faço, pois, sinceros votos para que Vossa Excelência encontre no desempenho das suas funções toda a colaboração que necessita. Aos meus Excelentíssimos colegas do Conselho, também as minhas saudações."

Pósto à discussão o Plano de Actividade e Bases do Orçamento foram aprovados por unanimidade.

Em ultimo o Senhor Presidente agradeceu as palavras de saudação que lhe foram dirigidas, e manifestando todo o seu interesse pelo Conselho e, desigualmente pela cidade de Brora, onde reside desde os seus sete annos, e à qual dedica todo o seu cuidado, evidenciou uma vez mais o seu propósito de prestar aos illustres Vozais do Conselho Municipal a mais leal e sincera colaboração.

O nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a sessão, da qual se lavrou para constar a presente acta que depois de lida em voz alta foi aprovada e assinada pelos membros da mesa.

Repassaram-se as rasuras: "secretariado pelo rogal secretario Senhor Egídio António Teródio e, nos termos do parágrafo unico do artigo vinte tres do citado código, pelo rogal mais velho Se-

uhor", a fôlhas uoruta e tris verso; "há", a fôlhas uoruta e quatro verso;
"porque", a fôlhas uoruta e cinco verso; "expô-las" e "transactô", a fôlhas
uoruta e seis; "deliberações", a fôlhas uoruta e seis verso; "716.670.00",
"5:733.779.00", "716.670.00", "5:198.836.00", "6:708.836.00", "6:708.836.00",
"O Senhor Lequeiro Ferdigão pediu a palama para agradecer os cumprimentos do Senhor Presidente", "Retardado" e "reputava" a páginas, digo, a fôlhas uoruta e sete verso; "gabões", "bavêlho" e "contacto, digo, "contacto", a fôlhas uoruta e oito verso; e "consinta", a fôlhas uoruta e oito.
Entrelixei as palamas: "Doutor Celestino David" e "Também que", a fôlhas uoruta e sete verso.

Em, Quevedo, p. sua officina
sen. do Sr. D. J. da Secretaria, a subscricao.
Joaquim da Silva
Rep. d. António Silva
Manoello do Doutor Quevedo